

## APRESENTAÇÃO

**DIREITOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS NA FORMAÇÃO DO LEITOR CULTURAL**

Alexandra C. da S. Duarte (Pós-Crítica/Canudos/UNEB)

Fabio Fernandes B. de Carvalho (Pós-Crítica/UNEB)

Ádria dos Santos Gomes (PPGL/UFS)

A coibição aos direitos linguísticos e literários afeta diretamente a toda a sociedade, pois diminui a chance de uma formação leitora politizada. Destarte, o Conselho Editorial da Revista Grau Zero tem a satisfação de apresentar o volume 12, nº. 02, que corresponde ao semestre letivo 2024.2. Este volume pretende analisar o lugar ocupado pela língua e pela literatura na construção identitária e política dos sujeitos leitores, sob o título ***Direitos linguísticos e literários na formação do leitor cultural***.

O direito à linguística e a literatura desenvolve um papel fundamental na promoção e proteção dos direitos humanos, pois ambos podem contribuir de diversas maneiras para a inclusão, o respeito à diversidade cultural e a promoção da justiça social. Assim, tanto a linguística quanto a literatura, podem fortalecer a promoção prevenção da diversidade linguística, o empoderamento cultural e identitário, o combate à discriminação e preconceito, o fortalecimento da educação e cidadania, e a promoção da liberdade de expressão.

O dossiê apresenta alguns recortes temáticos, tais como sugerido na chamada para publicação. 1. Literatura, Letramento e Resistência; 2. Ativismo Político-linguístico para o ensino da Língua e 3. Direitos Literários na Formação do Leitor. Através dessas temáticas, os colaboradores puderam socializar trabalhos com uma abordagem significativa, e que contribuem e dialogam com a proposta do exemplar.

O uso da língua materna em diferentes contextos é um direito fundamental, e as comunidades que compõem a sociedade podem reivindicar o acesso à educação, entre outras demandas correlatas. Nesse contexto, a literatura, enquanto uma das mais significativas formas de expressão linguística, deve ser garantida como um direito essencial. O acesso pleno às obras literárias torna-se indispensável por contribuir para a construção de uma relação sólida com os direitos humanos e a valorização da diversidade cultural.

Os leitores são convidados a unir-se a nós nesta jornada de reflexão e descoberta. Que este dossiê inspire caminhos para um futuro onde a leitura, a escrita, o conhecimento e o pleno exercício dos direitos linguísticos e literários sejam acessíveis a todos, independentemente de sua origem ou condição social. Que a liberdade de expressão na língua materna, a preservação das tradições culturais e o acesso às riquezas literárias, assegurados como direitos fundamentais, promovam a diversidade linguística como um elemento central para a inclusão e a equidade.

Iniciamos este dossiê com o artigo ***Conhecer para reconhecer: as singularidades da literatura nativa para a formação do leitor cultural***, de Amanda Pereira Ribeiro e Célia Regina Delácio Fernandes. Este trabalho propõe uma reflexão sobre a relevância da leitura de obras com temática e autoria nativa no ambiente educacional, destacando como as políticas culturais podem influenciar o acesso a essas produções literárias. O estudo também analisa o papel dessas políticas na formação de leitores culturalmente diversos, evidenciando sua contribuição para a valorização da literatura indígena e para o desenvolvimento de uma perspectiva multicultural.

Na sequência, temos o artigo denominado ***Inventário nacional da diversidade linguística: uma análise dos argumentos propostos no decreto 7.387/2010***, de Cristina Simone de Sena Teixeira, Ricardo Nascimento Abreu e Márcia Regina Curado Pereira Mariano. O estudo tem como objetivo examinar os argumentos estabelecidos no Decreto Nº 7.387/2010, considerando as demandas que impulsionaram a criação da Política Linguística do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). A análise, fundamentada na Teoria da Argumentação, interpreta o documento como uma aplicação de princípios de justiça às comunidades linguísticas do Brasil. Além disso, o artigo sugere que as teorias da argumentação oferecem uma base teórico-metodológica robusta para a análise de discursos em políticas e direitos linguísticos.

O dossiê traz, em seguida, o artigo ***Literatura e linguística na era da IA: assistência à escrita e o impacto***, de autoria de Mbiavanga Adão Garcia. O texto investiga o papel da inteligência artificial (IA) no contexto da escrita acadêmica, abordando os efeitos dessa tecnologia na criatividade e na originalidade autoral dos estudantes. O autor enfatiza a importância de esta-

belecer diretrizes éticas e pedagógicas que assegurem o uso equilibrado e enriquecedor da IA no ambiente educacional, promovendo sua integração sem comprometer a autenticidade e a capacidade criativa dos alunos.

No limiar desta produção, apresentamos o trabalho, ***Economia solidária, direitos linguísticos e autogestão: análise das relações de trabalho e formação cultural***, de autoria de Raimundo Washington dos Santos que visa investigar a economia solidária (ES) e a autogestão como alternativas ao capitalismo, analisando a influência da linguística e destacando a importância dos direitos linguísticos na formação cultural e resistência ao capitalismo.

Dando prosseguimento ao dossiê, compartilhamos o artigo ***Decolonialidade e formação do leitor cultural: memórias, afetos, corpos e movimentos na produção literária, desmemória***, de Bruno Silva Nascimento, Maria Jeane Souza de Jesus Silva e Franciellen Santos Francese. Este estudo analisa o romance “**Desmemória**”, de Thalita Coelho, com foco nas dinâmicas complexas de memória e afeto. Utilizando uma perspectiva decolonial, busca explorar as camadas intrincadas da narrativa e revelar como a trama desafia as construções hegemônicas de corpos, memória, afeto e identidade. A pesquisa investiga como as representações culturais e históricas presentes na obra podem ser (des)reconstruídas sob uma perspectiva decolonial, visando entender o papel dessas representações na construção de identidades, nas relações de poder e nas visões de mundo alternativas que somente a literatura pode oferecer à formação do leitor cultural.

Em sequência, o texto ***O direito linguístico e o direito ao desenvolvimento: bases para uma educação linguística crítica***, de autoria de Januária Pereira da Rocha, reflete sobre o ensino das línguas a partir de reflexões teóricas sobre os desafios e as perspectivas que possam surgir, considerando o princípio do desenvolvimento, para a proteção de direitos linguísticos de minorias sociais no Brasil na esfera educacional.

Avançamos com o artigo ***De l'optimisation de la pédagogie et de la didactique à la pratique. état des lieux de la traduction dans nos institutions universitaires aujourd'hui*** (Da otimização da pedagogia e da didática à prática: um panorama da tradução em nossas instituições universitárias hoje), de autoria da pesquisadora Macaire Eyupar Epietung, explorando os desafios da formação de tradutores e intérpretes no con-

texto universitário, destacando quatro eixos principais. Primeiro, questiona o perfil ideal dos tradutores a ser formado, considerando as mudanças e exigências do mercado. Em seguida, analisa a importância da crítica de traduções como ferramenta pedagógica, permitindo uma abordagem crítica dos estudantes. O terceiro eixo trata da integração das tecnologias na formação, essencial para a competitividade dos futuros profissionais. Por fim, discute-se a colaboração entre teóricos e práticos, buscando fortalecer a profissionalização e a empregabilidade desses profissionais.

A apresentação segue com o texto ***A formação do professor leitor: mediação cultural e curadoria literária nos espaços educacionais***, de autoria de Nádia Patrícia Ribeiro que investiga o papel da literatura e da mediação cultural na formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na importância da leitura literária no desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes propondo uma abordagem que articula aspectos históricos, culturais e pedagógicos, além de discutir os desafios contemporâneos na formação do professor como leitor e mediador cultural.

Já os autores Carlos Magno Gomes e Deise Santos do Nascimento, através do texto ***Por uma prática de leitura literária antirracista e afro-brasileira***, propõe uma prática de leitura antirracista do conto “Regina Anastácia” da coletânea *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), de Conceição Evaristo. Para isso, os autores abordam teóricos como Stuart Hall e Brian Street, além das concepções de R. Cosson e C. Gomes. Dessa forma, propõem a mediação literária voltada para explorar as pistas estéticas e culturais do texto e a identificação do/a leitor/a com as questões afro-brasileiras que compreendem o processo de criação literária.

Sob o título ***A emergência de uma didática da literatura na base nacional comum curricular***, o autor Marcos Bispo examina a abordagem do ensino de literatura na BNCC e como a proposta pedagógica definida no documento integra distintas formas de trabalhar o texto literário com a pedagogia baseada em competências e a abordagem enunciativo-discursiva de linguagem.

O artigo intitulado, ***O uso de recursos visuais no ensino de geografia para alunos surdos***, escrito por Jorge Adriano Pires Silva e Daniel Costa dos Santos discute a viabilidade de recursos visuais no ensino de geografia para

alunas/os surdas/os em sala de aula inclusiva, proporcionando à/ao discente um melhor entendimento do conteúdo em sala de aula, visto que suas vivências e experiências se realizam na e pela visualidade.

A seguir, o texto ***Les études de la traduction: quelques théoriciens et bref historique au Brésil*** (Estudos de tradução: alguns teóricos e um breve histórico no Brasil), de autoria de Mwewa Lumbwe, apresenta uma breve síntese do capítulo 3 da sua tese de doutorado. A pesquisa aborda o livro “Vraiment Congo, une tribu! (2014)”, de Yaya Asani, escrito em francês, swahili e lingala. Orientada pelo Prof. Walter Carlos Costa (UFSC) e coorientada pelo Prof. Phinéés Yumba Musoya Banza (UNIKAM), a tese discute questões centrais da tradução e seus desdobramentos teóricos. O capítulo 3, intitulado “Da tradução aos estudos da tradução”, aborda conceitos como “tradução”, “tradução comentada”, “autotradução” e “adaptação”, culminando em uma análise dos “estudos da tradução”.

Evanildes Teixeira da Silva, com seu artigo intitulado ***Fulgurações sobre os direitos linguísticos e literários***, analisa o papel da linguagem e da literatura na construção da identidade e na luta contra a opressão, especialmente no contexto brasileiro. Através da análise de obras de autores como Conceição Evaristo e Bell Hooks, o texto examina a relação entre a língua do colonizador e a resistência das comunidades afro-brasileira e indígena. Destaca o poder da “escrevivência” como um meio para a construção da subjetividade e a busca por justiça social.

De autoria das pesquisadoras Viviane dos Santos Barreiro Diniz e Sátila Souza Ribeiro, o texto ***Desafios e estratégias para a inclusão de estudantes surdos na educação superior: o papel do estudante apoiador e das políticas institucionais***, aborda os desafios da inclusão de estudantes surdos na educação superior, com foco na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Discutem-se os aspectos legais e as políticas públicas que asseguram o acesso e permanência desses estudantes, destacando a atuação do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI) e do estudante apoiador.

O texto ***Políticas Públicas e Educação Digital: Letramento Digital no Contexto do Projeto Escola TECH***, de autoria de Isolina Bôto Corrêa, explora a integração do letramento digital na educação, destacando a importância das políticas públicas e a implementação do Projeto Escola TECH em

escolas públicas de Aracaju. Este artigo apresenta a Lei 14.533 de 2023, que estabelece a Política Nacional de Educação Digital (PNED), promovendo uma atitude crítica, ética e responsável pelas mídias digitais.

O dossiê segue apresentando com o texto **Lei n.º 13.684 – de 21 de junho de 2018, sobre o acolhimento de refugiados na República Federativa do Brasil: uma análise sob a perspectiva da argumentação e políticas linguísticas**, no qual a autora Lorena Lopes de Freitas analisa algumas partes do projeto de lei n.º 13.684, de 21 de junho de 2018, que trata sobre o acolhimento de refugiados na República Federativa do Brasil. O estudo envolve as políticas linguísticas e a argumentação como instrumento de análise das leis criadas, buscando entender como essas leis se aplicam em ambientes socio-linguísticos caracterizados pela presença de línguas de imigração.

Para concluir de maneira significativa este dossiê, apresentamos dois conteúdos tão relevantes quanto todos os artigos até agora. O primeiro é a entrevista realizada com o Professor Dr. Aleilton Fonseca, intitulada **Direitos linguísticos e literários na formação do leitor cultural**, conduzida por Nadja Silva Brasil Santos, que ampliou a compreensão sobre o tema em questão. E, finalmente, para encerrar o Dossiê, apresentamos a resenha crítica sobre o livro **Conselheiro do Sertão (entre prédicas e conselhos – líder Camponês) (1997)**, de Enoque Oliveira. Essa promove uma reflexão e síntese acerca da produção literária e cultural sobre o massacre de Canudos, chamando a atenção do leitor para a importância da garantia do direito ao acesso e à produção literária.

Assim, este volume da Revista Grau Zero se propõe não apenas como um espaço de discussão acadêmica, mas também como um convite à reflexão sobre a centralidade dos direitos linguísticos e literários na promoção de um mundo mais equitativo e plural. Os textos aqui reunidos traçam um panorama abrangente e crítico, enfatizando a necessidade de políticas públicas, práticas pedagógicas e iniciativas culturais que garantam o acesso à linguagem e à literatura como direitos fundamentais. Que este dossiê inspire novas pesquisas, intervenções e debates, reafirmando a importância de construir uma sociedade em que a leitura, a escrita e a liberdade de expressão sejam instrumentos de transformação e empoderamento cultural.